

A RUPTURA DO ASSISTENCIALISMO FRENTE ÀS COMUNIDADES: ATUAÇÕES DA PSICOLOGIA

THE RUPTURE OF ASSISTENTIALISM IN FRONT OF COMMUNITIES: PSYCHOLOGY ACTIVITIES

Maria Eduarda Pereira dos Santos 1
Aline Soares Oliveira 2
Mariana Araújo Bichuete Cavalcante 3
Júlia Carolina da Costa Santos 4

Psicóloga formada pela Faculdade Católica Dom Orione. Pós-graduada em Psicologia Clínica pelo Instituto Suassuna. 1
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1741189327508691>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7898-5642>.
E-mail: mariaeduardapsicolo@gmail.com

Psicóloga formada pela Faculdade Católica Dom Orione. 2
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0476953574922607>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5704-6312>.
E-mail: line.s.o1996@gmail.com

Bacharela em Psicologia pela Faculdade Católica Dom Orione. 3
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4508220875134821>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5692-9343>.
E-mail: maribcavalcante@gmail.com

Psicóloga e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). 4
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7199572278206702>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9098-037X>.
E-mail: juliaccsantos@gmail.com

Resumo: O presente artigo apoia-se no desenvolvimento de revisão literária, refletindo a atuação do psicólogo frente às comunidades e a busca por romper com o assistencialismo. As estruturas sociais oprimem e enfraquecem os indivíduos, reduzindo-os a incapazes e inferiores a uma parte elitizada da população. Cabe ao psicólogo social, através da aplicação de seus conhecimentos junto a grupos e organizações populares atuar em busca de um fazer psicossocial que tenha um caráter relevante para a sociedade. Mas, como intervir profissionalmente sem se apropriar das práticas assistencialistas naturalizadas nas comunidades? O levantamento bibliográfico foi realizado em cinco plataformas de dados (Google Acadêmico, Birame, Periódicos, Medline e Scielo), orientados pelo descritor Psicologia Comunitária and Assistencialismo. Os critérios de seleção baseiam-se em artigos de 2009 a 2019, em português, com foco principal nas áreas acima descritas. O desenvolvimento da metodologia durante o processo de avaliação deu-se através do descritor, resultando na seleção de 15 artigos avaliados sistematicamente. No processo de estruturação do artigo aborda-se questões relativas à construção da Psicologia Social no Brasil, contexto histórico, formação e distinção na atuação profissional junto ao Sistema Único de Assistência Social.
Palavras-chave: Psicologia Comunitária. Assistencialismo. Autonomia. Transformação Social.

Abstract: This article is based on the development of a literary review, reflecting the psychologist's performance in front of communities and a search for a break with assistance. As social structures oppress and weaken individuals, they become incapacitated and bring down an elite part of the population. It is up to the social psychologist, by applying his knowledge to popular groups and activities, working in search of a psychosocial that has a relevant character for society. But, how to intervene professionally if appropriate to the care practices naturalized in the communities? The bibliographic survey was carried out on five data platforms (Google Scholar, Birame, Journals, Medline and Science), guided by the descriptor Community Psychology and Assistentialism. The selection criteria based on the articles from 2009 to 2019, in Portuguese, with a primary focus on the areas described above. The development of the methodology during the evaluation process took place through the descriptor, resulting in the selection of 15 articles systematically recommended. In the process of structuring the article, issues related to the construction of Social Psychology in Brazil, historical context, training and distinction in professional performance in the Unified Social Assistance System are addressed.
Keywords: Community Psychology. Assistentialism. Autonomy. Social Transformation.

Introdução

O vigente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica oriunda de materiais encontrados em plataformas digitais. Para a fundamentação desta pesquisa foi realizado um resgate teórico da Psicologia Social Comunitária em literaturas clássicas da vertente, respaldada pelos seus teóricos, qual seja, Sílvia Lane, Pedrinho Guareschi, Regina Helena de Freitas Campos e outros. Visando, sobretudo, identificar como está sendo abordada nas produções científicas a ruptura do assistencialismo nas práticas psicológicas ao longo dos anos. Haja vista que o fazer da Psicologia Comunitária foi muito tempo desconhecida, ou melhor, vista com estranhamento, pois estava e foi vinculada à prática caritativa, paternalista, assistencialista distante de um fazer crítico, pautado na cientificidade e no compromisso ético-político. Um fazer fortemente influenciado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desde a inserção da Psicologia nas políticas públicas.

Pode-se compreender que Psicologia Social Comunitária é uma área da Psicologia que visa apreender a existência dos indivíduos e coletividades com vistas a considerar as implicações jurídicas, éticas, antropológicas, psicológicas, entre outras. Assim, ela pode ser desenvolvida em comunidades trabalhando-se a partir das relações sociais, a fim de compreender os indivíduos inseridos nesse contexto multifacetado, visando a educação e o desenvolvimento da consciência social dos grupos e suas variações (LANE, 2006).

De acordo com Antunes (2006), desde 1962 a Psicologia luta por conquistar seu espaço após ser regulamentada. Através de práticas comprometidas com a sociedade, a Psicologia Social Comunitária tem avançado em busca de consolidar-se em diferentes âmbitos do trabalho no campo social. Para tanto, Martín Baró (1998), propõe a construção de uma psicologia social a partir da própria realidade, da dinâmica social e história dos povos, que durante muito tempo desde a ditadura militar no Brasil, teve seu conceito de comunidade distante do discurso psicológico, substituindo a concepção universalista, hegemônica, individualista e elitista da psicologia social por uma psicologia social contextual, histórica e mais sociológica, destacando-se o compromisso social com as classes marginalizadas a partir de uma psicologia social crítica e libertadora.

Lane (2006), em sua obra “O que é a Psicologia Social”, aborda que a partir do contexto histórico sabe-se que a situação social influencia fortemente o comportamento do indivíduo. Práticas sociais, normas e regras que os regem, podem ser encontradas em diferentes grupos, caracterizando os papéis e determinando as relações, cristalizando e institucionalizando a vida vivida por eles. Não é diferente com o trabalho e as classes sociais, todos os dias são criadas novas relações de produção de material, novas formas de sobrevivência necessárias para manter a subsistência social.

Contudo, o capitalismo fragmenta essas classes, a que detém o capital, e a que detém a mão de obra e a força de trabalho, de acordo com Foucault (1979), são formas onde sujeitos atuam sobre os outros sujeitos, que em sua grande maioria uma parte é explorada e dominada para a manutenção de poder, tornando-se uma prática da sociedade constituída historicamente.

Martín Baró (1998) compreende que essa realidade está constituída de correntes ideológicas e estruturas sociais opressoras, conduzindo o povo a posicionar-se de maneira conformada, incapaz e inferior, enfraquecendo as potencialidades desses indivíduos. “Uma ética de libertação reflete-se na luta contra relações autoritárias de dominação do “outro”, de exclusão do “outro” em prol dos interesses de “um” que domina a relação”.

O que para Nepomuceno et al., (2008) essa exclusão aqui citada significa “a negação do direito e autonomia do outro de reproduzir, fazer e construir a vida”. Muitos estão acostumados a naturalizar atitudes desumanas e sem que percebam continuam amordaçados a essa realidade social. O que não anula o reconhecimento, a compreensão, e a busca constante por um fazer psicossocial que tenha um caráter relevante socialmente.

Desde a regulamentação da profissão em 1962 anteriormente citada, a inserção do Psicólogo no SUAS (Sistema Único de Assistência Social) pode ser vista como uma atuação transformadora em sua evolução. De acordo com Álvaro e Garrido (2006), a intervenção em psicologia social visa promover mudanças na estrutura de uma comunidade.

O psicólogo comunitário age identificando a linguagem, os sentimentos, as representações sociais do grupo, desenvolve a escuta, percebe as relações, apropria-se do território em busca de reconhecer o modo de vida daquela população e suas subjetividades. Diferentemente, outrora, da história do SUAS e de seus serviços que eram vistas a partir de um elemento útil, porém, desprovido de efeitos transformadores. Operava a partir de um caráter de provisoriade, e mantinha-se desarticulada de outras práticas sociais.

Deste modo, pretende-se apresentar alguns pontos detectados em toda a busca realizada a partir das produções existentes teórico-conceituais e metodológicas desenvolvidas na ciência psicológica social. Explorando sua capacidade e contrapondo alguns argumentos que fizeram parte do debate acadêmico em torno da atuação da Psicologia na Assistência Social. Analisando diferentes maneiras as quais artigos científicos abordam as contribuições da Psicologia Social Comunitária e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como o que fazem ou deveriam fazer os profissionais que nela atuam posteriormente a ruptura do assistencialismo frente às comunidades.

Metodologia

O vigente trabalho refere-se à uma revisão bibliográfica desenvolvida a partir de uma pesquisa em produções científicas indexadas nas plataformas eletrônicas: Scielo (Scientific Electronic Library Online), Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), Medline (Medical Literature Analysis and Retrieval System online) e Bireme (O Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), Google Acadêmico, Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Para a realização desta pesquisa foram formados 3 (três) descritores para uma análise da possibilidade de encontrar artigos inteiramente relacionados com o tema, a saber: a ruptura do assistencialismo na comunidade e as contribuições da Psicologia Social Comunitária. Nesse caso, os descritores escolhidos e formulados foram: não assistencialismo and comunidade; não assistencialismo and Psicologia, Psicologia Comunitária and Assistencialismo.

Para a realização da busca não foram utilizados termos livres, mas descritores relevantes ao tema escolhido em todas estas plataformas mencionadas, utilizando-se do operador and, sendo eles: *Psicología Comunitaria* and *Assistencialismo*. Um dos critérios utilizados para a seleção de produções foi, primeiro, que o artigo fosse em Língua Portuguesa, conciso e coerente. Segundo, que fosse produzido no Brasil entre os anos 2009 a 2019 para analisar o percurso histórico desse fazer e comparar se, atualmente, houveram mudanças significativas, diminuição ou aumento de produções.

O primeiro descritor, bem como o segundo, em alguns bancos de dados como Google Acadêmico e Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) possibilitaram o encontro de vários artigos. Contudo, o assistencialismo não era tema central, isto é, o descritor foi apenas mencionado ao longo do artigo, mas nenhum aprofundamento, além de serem produções anteriores ao ano de 2009, por isso não foram incluídos.

Nas demais bases de dados, citando caso análogo, apareceram poucos resultados chegando, em casos, a quase zero, a saber, no Scielo (Scientific Electronic Library Online), Pepsic, Medline e Bireme. O último descritor foi o que direcionou a pesquisa, haja vista, possibilitou o encontro de 15.800 artigos no google acadêmico como resultado inicial, ao colocar somente para o Português minimizou para 606. Ao passar por um processo de análise dos resumos, foram reduzidos à quinze (15) artigos, justamente por trazer artigos que se relacionassem inteiramente com a temática.

Para organizar as informações apresentadas pelos artigos que obedeceram aos critérios de seleção, elaborou-se 1 (uma) tabela feita no programa Microsoft Word. A disposição da tabela visou categorizar um assunto em comum mencionado em todos os textos. Estes foram separados em 3 (três) grupos de 5 (cinco) artigos a fim de simplificar a análise, citando os autores responsáveis pela elaboração o ano e, sua região predominante. Ressaltando positivamente, a temática que compôs essa tabela de sistematização não foi previamente definida, mas, sim, construída a partir da leitura inicial dos materiais.

Logo após, os resultados trazem artifícios sustentáveis acompanhados de investigação

e associação dos dados coletados. Consequentemente, promoveu-se a verificação dos textos já selecionados. Considerou-se aqueles cujo abordavam diretamente discussões centradas na Psicologia Social Comunitária e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), todos foram lidos na íntegra. Quanto à decisão por não se incluir inúmeros livros na construção desta pesquisa, justifica-se pela maior facilidade de acesso e, consequentemente, a rotatividade da informação contida nos artigos científicos. No entanto, estes passaram pelo filtro da avaliação indicando uma maior relevância para o campo.

Em completude, o referencial teórico junto à discussão, abordam as perspectivas que embasam a dinâmica social comunitária a partir do olhar da Psicologia, apresentam conhecimentos que circundam essa prática e, as modificações sofridas ao longo. Perpassando por conceitos e fatos históricos elucidados por autores que confirmam os dados apontados.

Resultados

Em conformidade com os critérios de seleção das produções científicas propostas anteriormente, foi possível realizar uma análise de 15 (quinze) artigos no levantamento bibliográfico das plataformas, encontrou-se, consequentemente, uma ampla menção dos descritores nas produções acadêmicas e científicas nacionais. Entretanto, muitos trouxeram o assistencialismo atrelado a história das práticas da Assistência Social, sem muitas interfaces com a Psicologia e sua contribuição nesse processo. Ao realizar o levantamento dos resumos e leitura prévia, sistemática destes, houve uma considerável diminuição dos resultados.

No que concerne às revistas, 3 (três) artigos foram encontrados na rede de revistas científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc), outros 3 (três), 1 (um) na revista de *Psicología, Conocimiento y Sociedad (PCS)*, 1 (um) na revista da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) 1 (um) na Revista de Ciências Humanas da Universidade Paranaense (UNIPAR), 1 (um) no Periódicos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1 (um) na revista *Teoría y Crítica de la Psicología*, 1 (um) na revista de *Psicología Política*, 2 (um) no *psicologado*, 1 (um) nos Periódicos da Universidade Federal do Rio Grande Sul, 1 (um) pela revista eletrônica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) 1 (um) na revista de *Psicologia ciência e profissão* e, por último, 1 (um) na revista de *Psicologia & Sociedade*.

Observa-se que, entre os anos de 2009 a 2011, as produções acerca do assistencialismo tornaram-se mais recorrentes, sem intervalo entre uma produção e outra, e, em sua grande maioria. Nestes 3 (três) primeiros anos todas as produções foram de cunho teórico-metodológico com pauta no referencial da Psicologia Social Comunitária e Psicologia da Libertação de Martin - Baró, Abordagem Histórico - Cultural havendo baixo predomínio na região sul quanto à realização de tais estudos, vigorando a região Norte e Sudeste, no ano de 2011, por exemplo, houveram 4 publicações, em 2009 somente 1, assim como em 2010, evidenciando o largo interesse da sociedade brasileira para investigar e buscar desconstruir novas formas de fazer da Psicologia. No ano de 2012, houveram publicações acerca, menos no ano de 2014, já em 2013 houve, evidenciando uma variação quanto às pesquisas, com uma diferença de 2 (dois) anos entre as publicações.

Nos anos que precedem, a elaboração de materiais também fora significativa, a saber, por exemplo, 2 (dois) em 2015 e 4 (quatro) em 2016, percebe-se que diante destes dois anos houve uma predominância de publicações sequenciadas, porém com ocultamento das regiões nas quais foram produzidas, diferentemente, dos anos de 2009, 2010, 2011. No ano de 2017, houve escassez de pesquisas sobre a temática tanto no primeiro semestre do ano como no segundo. Sequencialmente, no ano de 2018 houve 1 (uma) publicação somente e foi consolidada no Nordeste. Observa-se a partir do levantamento de dados que maioria das pesquisas são de cunho teórico realizadas na região nordestina, sendo estas de revisão bibliográfica não havendo, portanto, produções empíricas acerca do assistencialismo nas práticas da Psicologia Social Comunitária nas obras analisadas.

Tabela 1. Resultado da busca nas plataformas e divisão em categoria, autor, ano e região de produção.

CATEGORIA	AUTORES/ANO	REGIÃO
	Ximenes, Paula e Barros (2009) Ansara et al (2010) Brustolin et al (2011) Silva et al (2011) Rodrigues et al (2011)	Nordeste Sudeste Oeste Norte Norte Sudeste
Psicologia Social Comunitária e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Pizzi e Gonçalves (2015) Quintal (2016) Cardoso (2012) Macêdo et al (2015) Rodrigues et al (2016)	Sudeste Sul Oculta Oculta Oculta
	Moura Jr (2018) Goes et al (2015) Brito et al (2016) Schoeninger et al (2016) Dantas et al (2010)	Nordeste Nordeste/sul Oculta Oculta Oculta

Fonte: os autores (2019).

Nas três décadas antecedentes à esta, a política de Assistência Social sofreu algumas modificações, visto que a Constituição de 1988 conceituou-a como uma política pública de direitos não contributiva, constituindo em conjunto com a Saúde e a Previdência, o sistema de seguridade social do país. Em 1993, a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei n. 8.742/1993), ratificando e regulamentando os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, lançou-se certificando a primazia da responsabilidade do Estado na gestão, aporte e consumação da Política de Assistência Social. Na década seguinte, dá-se início da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema descentralizado, mútuo, cabendo-se a responsabilidade de regular e promover programas, projetos e serviços socioassistenciais no Brasil (SILVA E CORGOZINHO, 2011).

Diante da análise destes artigos pode-se perceber que os esclarecimentos giram em torno de uma determinada temática chegando até, em muitos casos, ser redundante, mas não

há em nenhum destes artigos práticas exemplificáveis que auxiliem o profissional para intervenções e ações que possibilite autonomia, isto é, só é imposto o que tem e precisa ser feito, mas não mostra como.

Há, evidentemente, livros que viabilizem esse estudo, mas não os artigos estudados, estes são bem mais teóricos e, portanto, também mais históricos sem estudos baseados em práticas empíricas. O conceito de autonomia e transformação social é termo recorrente nestes escritos, inclusive, não houveram em artigos mais antigos que compactuam com essas práticas. Algo que, conseqüentemente, tornou-se frequente é justamente o fato das políticas de Assistência Social serem instrumentos que, anos luz, contribuíram para o paternalismo.

Em consonância com Cordeiro e Curado (2017) ressalta-se que o SUAS não é um programa, e sim um sistema que objetiva gerenciar a assistência social como política pública, prevendo práticas consecutivas e por um período indeterminado. Se organiza em dois níveis de proteção social: a básica e a especial. A Proteção Social Básica (PSB) objetiva a prevenção de situações de fragilidade e perigo pessoal e social no que condiz a violação de direitos, a fim de uma progressão de potencialidades e aquisições, assim como fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Os serviços oferecidos são efetivados diretamente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e indiretamente nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS, sob convênio do poder local, compondo a rede socioassistencial. A Proteção Social Especial (PSE), por outro lado, destina-se a famílias e pessoas que já enfrentam uma situação de risco pessoal e social, em estado de abandono, maus-tratos, uso de substâncias psicoativas, violência sexual e situação de rua. As ações deste nível, são executadas pelos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e pelos serviços a eles nomeados (CORDEIRO et al, 2017).

De acordo com Guareschi (2016) a constituição dos serviços da Assistência Social no século XX dos anos 30 pautou-se em concepções pontuais, sem cunho político. Desse modo, as práticas ocorriam de uma maneira filantrópica pautada nas ideias da igreja e, sequencialmente, aderidas pelo Estado. “Podemos visualizar na trajetória brasileira fases e alianças: da filantropia a caritativa à higiênica, disciplinadora, pedagógica profissionalizante, vigiada e de clientela” (GUARESCHI, 2016, p. 20).

Em conformidade com Guareschi (2012) o entrelaçamento entre Psicologia Social e a Assistência Social ocorreu por volta dos anos 2000, mas a Psicologia e suas práticas emergiram antes da própria Assistência Social se constituir como uma política pública, sendo que é frequente o embate entre sujeito de direito e sujeito receptor de caridades neste cenário. Antes do firmamento da Constituição Federal de 1988 as pessoas e usuários eram vistas como àquelas que careciam de ajuda e precisaram ser amparados. Diferentes comportamentos emergem, uns dão e, conseqüentemente, acabam analisando o contexto histórico do solicitante, outros não, pois acreditam que os pedidos irão aumentar, gerando dependências.

Quanto às perspectivas de Guareschi (2012) acredita-se, por exemplo, que o Programa de Bolsa Família (PBF) é considerado por muitos como uma prática assistencialista. O Estado ao invés de propagar práticas de inserção dessas pessoas assistidas pelos programas, no espaço do mercado de trabalho, para que sejam asseguradas independências. Pelo contrário, trabalham em prol de deixarem-nas presas ao poder estatal. Segundo Campos (2007) logo na década de 50 observa-se que a inserção do profissional de Psicologia fora realizada a partir de práticas pautadas em suprir as necessidades básicas daquela população, com objetivos desenvolvimentistas, em muitas situações, confundido com Assistente Social e Clínico longe do Consultório.

Entretanto, a Psicologia Social Comunitária, traz em seu cerne um novo fazer desconstruindo os anteriores, isto é, dentro das comunidades, portanto, pode-se pensar em um fazer libertador, e não pensar “que tudo posso ou que as soluções de todos as problemáticas estão com o psicólogo”, mas uma prática que dê às pessoas a oportunidade de fala, decisão e que elas se sintam empoderadas, respeitadas e, acima disso, sujeitos de Direitos. É um fazer levando em consideração as necessidades da comunidade, essa inserção nos meios comunitários e nas políticas de assistência exige do profissional abertura e desconstrução de uma prática pau-

tada na elitização. Pensar, pois, na autogestão dos sujeitos dotados de possibilidade de efetivar escolhas para criar da melhor forma possível seus próprios meios de subsistência (CAMPOS, 2007).

Contudo, sabe-se que o fazer do Psicólogo Social em comunidades reflete práticas sem materialidades que individualizam o sujeito promovendo a sua saída das condições de vulnerabilidade - das relações de poder - para a autonomia. Esse profissional precisa ser proativo em sensibilizar e despertar a percepção da comunidade enquanto sujeitos empoderados que atuam efetivamente na exigência dos seus direitos e das políticas públicas.

Discussão

As produções científicas realizadas e publicadas entre os anos de 2009, 2010 e 2011 mostram em seu meio histórico a ruptura que precisa haver nas intervenções psicológicas, assim como em anos subsequentes. Em conformidade com os artigos analisados, Barros (2009) busca fazer uma articulação entre a Assistência Social e a Psicologia Comunitária na área de Proteção Social Básica no que refere-se ao fortalecimento de vínculos das comunidades e populações nos seus próprios territórios, visando a superação de práticas de caridades que sempre estiveram presentes nas políticas públicas de Assistência Social que trouxeram alicerçadas em suas raízes a cultura filantrópica que dificulta o exercício profissional relacionado às intervenções e práticas baseadas em expandir caridade as populações, o que deve ser alterado por uma cultura que propague e garanta Direitos e conscientize as comunidades assistidas.

Objetivou-se também realizar um diálogo entre ambas as áreas, tanto referente às tensões como as conexões possíveis, similarmente aos escritos de Brustolin et al., (2011) os artigos trazem as contribuições da Psicologia Social criando interfaces para com a Assistência Social. Contudo, fazendo emergir a história desta última como sendo primordial para o fazer da primeira, a partir de uma concepção Histórico-Cultural. Em consenso com o autor, a Psicologia Comunitária é fundamental para o âmbito das políticas públicas, pois possibilita uma ação transformadora da realidade, cujo referencial teórico traz a autonomia como base.

É possível evidenciar duas maneiras de se fazer ações nestes contextos de assistência, uma é pautada no assistencialismo-paternalista e a outra é crítico-transformadora. A primeira objetiva manter a ordem vigente, isso é, a dominação, distante de um fazer ativo por parte das comunidades.

Em concordância com Ansara e Dantas (2010), estes também abordam as dificuldades e facilidades que são passíveis de serem encontradas nestes espaços comunitários, em que existe um desafio em levar intervenções que fortaleçam os vínculos dentro das comunidades, das relações e a escassez de produção teórica que fundamente esta prática.

Há um conflito de Estado e o fazer profissional predominante, em que, por um lado, os profissionais querem e viabilizam a transformação social e, em outro caso, com suas práticas paternalistas que não desejam a libertação e conscientização dessas comunidades, criando diversas maneiras de dependência. Fazendo um percurso Histórico e Político a partir dos dados colhidos nos artigos, compreende-se que muitas evoluções não aconteceram ao longo do tempo, pois essa concepção de dar algo pronto e acabado ainda ocorre e criou nos próprios protagonistas uma série de dependências.

De acordo com Rodrigues et al (2011) é imprescindível a compreensão sobre a reforma psiquiátrica, diferentemente dos demais artigos citados, afirmando que esta reforma foi fundamental para pensar um fazer em comunidades, propondo, portanto, o processo de desinstitucionalização, haja vista que nenhum dos outros artigos trouxeram em suas fundamentações tais prerrogativas. Colocando, pois, a comunidade como território provedor de saúde mental, mas ainda assim, se assemelha aos demais artigos já analisados e mencionados. Um fazer psicológico que seja pautado na emancipação humana e que tenha a participação direta das pessoas a contribuir para as decisões sejam elas a nível estatal ou seja na própria localidade e, por fim, a afirmativa da importância dos movimentos sociais para o surgimento da Psicologia Comunitária.

Silva et al (2011) busca, primordialmente, afirmar como o profissional pode ser inserido no contexto do SUAS. Conseqüentemente, traz o panorama histórico. No artigo as autoras

explicitam que houveram mudanças na forma de conceber e denominar a Psicologia Social Comunitária e que a cada novo termo haviam alterações nos sentidos das práticas realizadas dentro das políticas públicas, como o CRAS. Nesse ínterim, esta última, como foi mencionada anteriormente, trouxe uma conceituação que emerge a noção de homem enquanto construído e influenciado pelo seu contexto histórico e cultural. Levando essas pontuações em consideração há, portanto, duas maneiras de fazer igualmente o que postulou Brostolin em 2011. Há fazeres caritativos, fazeres científicos e um fazer que tenha a transformação social como fator principal e como objetivo a ser alcançado.

Levando em consideração as perspectivas de Moura Jr (2015) na sua produção busca abordar acerca da Psicologia Comunitária como um fazer libertário que vai para além de práticas assistencialistas, com uma pauta diferente das mencionadas anteriormente, na qual traz a noção de dominação-opressão sem muitas aproximações com a Assistência Social. Essa relação de dominação e opressão, segundo o autor, é o que influencia para a construção do paradigma da libertação, em que o fazer profissional carece de ser pautado na análise do contexto na qual a pessoa oprimida estar viabilizando, portanto, a transformação social destes espaços com o objetivo de conscientização.

Considerações Finais

Percebe-se ao decorrer de toda a pesquisa até aqui realizada, uma influência acentuada da história da Assistência Social permeando as práticas Psicológicas. A Psicologia, teria de voltar-se para as condições próprias de cada contexto baseado na realidade do sujeito, diferentemente, os profissionais da época ignoravam esse possível papel do psicólogo social.

A análise dos textos nos permite concluir que, a despeito desses temas ainda hoje existe uma insuficiência na produção teórica que fundamente esta prática. O que muitas vezes, dificulta a diferenciação do que se pode ou não realizar nos espaços comunitários. Apesar disso, um dos pressupostos que mais se aproximam da transformação acerca do papel da Psicologia é a necessidade de pensarmos as intervenções psicossociais como incentivo ao processo de mudança social. Enfatizando diferentes possibilidades nas atuações, principalmente em contextos de democracias participativas, promovendo o estreitamento dos vínculos e a garantia dos direitos ao longo negados.

Resultante a construção do trabalho aqui finalizado, foi possível compreender que o fazer psicológico perpassa a visão assistencialista, e estende-se cada vez mais a condução para a emancipação das pessoas envolvidas. Considerando as demandas, pode-se pensar um fazer psicológico com enfoque nas relações, dentro de um molde educativo, preventivo e informativo é possível através das práticas psicológicas direcioná-los por meio da mediação dessas relações proporcionando a cada um a possibilidade de refazer e reconstruir sua própria história.

Os desafios a serem enfrentados pela profissão são significativos. Seu crescimento gradual foi e é marcado pelas oscilações políticas do país, que por vezes dificultou esse processo. Contudo, surpreendentemente, foi diante desse cenário que a Psicologia Social comunitária passou a ter maior visibilidade, conquistando espaços para implementar uma psicologia libertadora, comprometida de maneira ética e política em diversas ações as quais está inserida.

Referências

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **A Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: MccGraw-Hill, 2006.

ANTUNES, M. A. M. **A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas**. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 22, p. 79-94, jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000100005. Acesso em: 16 out. 2019.

ANSARA, S.; DANTAS, B. S do A. **Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas**. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 95-103, Apr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo>

br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out 2019.

BRUSTOLIN, M. L.; SILVA, C de S; SILVA, I. R da; PESSINI, M. A. **Algumas considerações sobre as influências do assistencialismo nas práticas psicológicas realizadas nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Akrópolis Umuarama, v. 19, n. 1, p. 3-13, jan./mar. 2011. Disponível em: http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_politicas_seguridade/Algumas_consideracoes_influencia_pratica_psicologica_cras.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

BRITO, J. F.; JÚNIOR, S. B da S. **Psicologia Comunitária no Brasil: Desenvolvimento e Desafios**. Psicologado. Edição 07/2016. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-comunitaria/psicologia-comunitaria-no-brasil-desenvolvimento-e-desafios>. Acesso em: 12 out 2019.

CARDOSO, G da S. **A Práxis do Psicólogo Comunitário: Desafios e Possibilidades**. Psicologado. Edição 02/2012. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-comunitaria/a-praxis-do-psicologo-comunitario-desafios-e-possibilidades>. Acesso em: 12 out. 2019.

CRUZ, L. R da; GUARESCHI, N. **O psicólogo e as políticas públicas de Assistência Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **Políticas Públicas e Assistência Social - Diálogo com as Práticas Psicológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CAMPOS, R de F. **Psicologia social Comunitária Da Solidariedade à autonomia**. In. R. H. F. Campos (Org.), 13ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2007.

CORDEIRO, M. P; CURADO, J. C. **Psicologia na assistência social: um campo em formação**. Psicologia & Sociedade, 29, e169210. 2017.

DANTAS, C. M. B; OLIVEIRA, I. F de; YAMAMOTO, O. H. **Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo**. Psicol. Soc., Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 104-111, abril 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOES, N. A; XIMENES, V. M; MOURA JR, J. F. **Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da dialética dominação-opressão**. Ceará, 2015 Disponível em: <http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/60>. Acesso em: 12 out. 2019.

LANE, Si. T. M. **O que é psicologia social?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

MACEDO, O. J. V. et al. **Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social**. **Psicol. Cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 809-823, Sept. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000300809&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2019.

MARTÍN-BARÓ, I. (1986/2011). **Para uma psicologia da libertação**. (Trad. Fernando Lacerda Jr.). Em Raquel. S. L. Guzzo., & Fernando Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia social para América Latina: O resgate da psicologia da libertação* (pp. 181-198). Campinas: Alínea.

MOURA, J. F. **Psicologia Comunitária Revisitada: potências e lacunas em tempos de crise.** *Rev. psicol. Polít.* São Paulo, v. 18, n. 42, p. 428-432, ago. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000200015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2019.

NEPOMUCENO, L. B. et al. **Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação.** *Psico*, Porto Alegre, PUCRS, v. 39, n. 4, pp. 456-4.64, out./dez. 2008.

SILVA, J. V. da; CORGOZINHO, J. P. **Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações.** *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 23, n. spe, p. 12-21, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2019.

RODRIGUES, D. S; CARVALHO, M. A. A. S. de; XIMENES, V. M. **A comunidade como espaço de produção de saúde mental: contribuições da Psicologia Comunitária ao processo de desinstitucionalização.** *Estud. pesqui. Psicol.* Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 734-754, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812011000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2019.

XIMENES, V. M; PAULA, L. R. C de; BARROS, J. P. P. **Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades.** *Psicol. Cienc. prof.*, Brasília, v. 29, n. 4, p. 686-699, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2019.

QUINTAL, M. de F. **Desafios atuais e antigas sutilezas nas práticas da psicologia social comunitária.** *Psicol. Conoc. Soc.*, Montevideo, v. 6, n. 1, p. 131-163, maio 2016. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262016000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out 2019.

RODRIGUES, M; LIMA, A. M. **Psicologia Social Comunitária e Política de Assistência Social: Desafios para uma prática libertadora e emancipatória.** *Belo Horizonte*, 2016. Disponível em: http://encontroregionalsul2014.abrapso.org.br/resources/anais/18/1483959861_ARQUIVO_Artigo.pdf Acesso em: 12 out. 2019.

SHOENINGER, G et al. **A psicologia Comunitária e o movimento de autogestão de alunos: um relato de experiência.** 2016. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/salao_ensino_extensao/article/view/15337. Acesso em: 12 out. 2019.

Recebido em 15 de abril de 2020.

Aceito em 10 de agosto de 2021.